Entrada na Mesa
Data 05/11/2024
Hora 14h 35m
...O Presidente...

PARLAMENTO NACIONAL

ANUNCIADO
...../...../.....
O Presidente

Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça

PARECER SETORIAL

sobre

a

PROPOSTA DE LEI Nº 12/VI (2ª)

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025

ÍNDICE

I.INTRODUÇÃO

I.1. Objeto e finalidade do parecer
I.2 - Designação do relator
I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes
I.4 - Áreas de competência da Comissão
I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes
I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão
I.7. Trabalhos da Comissão

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2024 e da proposta de orçamento para 2025

II.2. Apreciação setorial

II.2.1. Presidência da República
II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro
II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros
Inspeção Geral do Estado
Centro Nacional Chega!
Arquivo e Museu da Resistência Timorense
II.2.4. Ministério da Administração Estatal
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral
Instituto Nacional da Administração Pública
Arquivo Nacional de Timor-Leste
II.2.5. Ministério da Justiça
II.2.6. Polícia Científica de Investigação Criminal
II.2.7. Tribunais
II.2.8. Procuradoria Geral da República
II.2.9. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
II.2.10. Comissão Anti Corrupção
II.2.11. Comissão da Função Pública
II.2.12. Comissão Nacional de Eleições

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

IV. PARECER

V. APROVAÇÃO DO PARECER

I. INTRODUÇÃO

I.1. Objeto e finalidade do parecer

A Comissão de Assuntos Constitucionais e Justiça (Comissão A) pronuncia-se, no presente parecer, sobre a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, a Proposta de Lei N.º 12/VI (2ª), doravante designada por PPL.

O presente parecer incide sobre as áreas setoriais e domínios de intervenção do Estado que se integram na competência da Comissão A. A finalidade deste parecer é, nos termos regimentais, instruir o "Relatório e Parecer" sobre a Proposta de Lei Orçamento Geral do Estado para 2025, cuja elaboração compete à Comissão de Finanças Públicas (Comissão C), de acordo com o disposto no artigo 164.º, n.ºs 1 e 2, do Regimento do Parlamento Nacional (RPN).

I.2 - Designação do relator

Foi designado relator o Senhor Deputado António Verdial de Sousa.

I.3 - Competência das comissões especializadas permanentes

Nos termos dos artigos 163º e 164º do Regimento do PN, compete às comissões especializadas permanentes a elaboração de um parecer sectorial, para cujo fim, as comissões podem convocar reuniões que julgarem necessárias com a participação dos membros do governo, sem prejuízo do exercício das competências previstas no artigo 35º do Regimento do PN, onde se incluem as de realizar audiências públicas com titulares de órgãos da Administração Pública.

I.4 - Áreas de competência da Comissão

Na presente legislatura, nos termos da Deliberação sobre a Constituição das Comissões Especializadas Permanentes, Deliberação do Parlamento Nacional n.º 3/2023, de 3 de julho, alterada pela Deliberação n.º 5/2023, de 10 de julho, as áreas de competência da Comissão A são as seguintes:

a) Assuntos constitucionais;
b) Justiça;

c) Direitos, liberdades e garantias;
d) Sistema eleitoral e partidos políticos;
e) Administração Pública;
f) Descentralização administrativa e poder local;
g) Mecanismo de resposta automática para os direitos humanos;
h) Anticorrupção;
i) Mandato parlamentar;
j) Imunidades, incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses.

I.5. Entrada, anúncio e baixa às Comissões Especializadas Permanentes

A proposta de lei do OGE para 2025 deu entrada no Parlamento Nacional no dia 01/10/2024, terça-feira.

Foi admitida e mandado baixar às comissões especializadas permanentes, no dia 7/10/2024, segunda-feira para efeitos do disposto nos artigos 163° e 164.° do Regimento do PN.

I.6. Instituições cujos orçamentos foram analisados pela Comissão

São os seguintes os órgãos do Estado e instituições públicas cujos orçamentos foram analisados pela Comissão:

1. Presidência da República.
2. Gabinete do Primeiro-Ministro.
3. Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros
4. Comissão da Função Pública (CFP).
5. O Centro Nacional Chega!, I.P. (Chega!)
6. Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT).
7. Inspeção Geral do Estado (IGE)
8. Ministério da Administração Estatal.
9. Secretariado Técnico da Administração Eleitoral.
10. Instituto Nacional de Administração Pública (INAP).
11. Arquivo Nacional de Timor-Leste.

12. Ministério Justiça.
13. Comissão de Terras e Propriedades
14. Defensoria Pública.
15. Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ).
16. Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC).
17. Tribunais.
18. Ministério Público.
19. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.
20. Comissão Anti Corrupção.
21. Comissão Nacional de Eleições.

I.7. Trabalhos da Comissão

Para elaborar o seu parecer sobre a PPL a Comissão contou com o apoio de uma equipa técnica, que realizou os trabalhos de análise da execução orçamental de 2024 e da proposta de orçamento para 2025. A referida análise é acompanhada de observações e questões que carecem de esclarecimento, a ser solicitado durante as audiências públicas e nos debates.

A Comissão realizou também audiências com os departamentos do Governo e as instituições supramencionadas.

As audiências tiveram lugar nos dias 21 a 25 de Outubro de 2024, de acordo com o calendário que abaixo se reproduz.

Calendário de Audiências sobre a PPL n.º 12/VI (2ª) Orçamento Geral do Estado para 2025				
Nº	**Dias**	**Horas**	**Entidades convidadas**	**Sala**
1	2ª-feira, 21/10/24	09h00	**- Presidência da República**	Comissão A
		14h00	**- Gabinete do Primeiro-Ministro;** - Gabinete de Apoio à Sociedade Civil **- Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros** - Arquivo e Museu da Resistência Timorense – AMRT **- Vice-Ministro dos Assuntos Parlamentares** - Centro Nacional Chega!, I.P. - Inspeção Geral do Estado **- Secretário de Estado Comunicação Social**	Sala da Conferências
2	3ª-feira, 22/10/24	09h00 Todo dia	**Ministro da Administração Estatal** - Secretariado Técnico de Administração Eleitoral - Autoridades dos Municípios e RAEOA	Sala do Plenária, Comissão A, C e G
3	4ª Feira 23/10/24	09h00	**- Ministério da Justiça** - Polícia Científica de Investigação Criminal - Defensória Pública **- Secretariado de Estado de Terras e Propriedades**	Sala de Conferências
		14h00	**- Tribunais**	Sala de Conferencia
4	5ª-feira, 24/10/24	09h00	**Procuradoria-Geral da República**	Comissão A
		11h00	**- Comissão Anticorrupção**	Comissão A
		14:30	**- Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça**	Sala de Conferencia
5	6ª Feira 25/10/24	09h00	**- Comissão da Função Pública**	Sala de Conferencia
		14h00	**- Comissão Nacional de Eleições**	Sala de Conferencia

II. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2024

II.1. Visão geral da execução orçamental de 2024 e da proposta de orçamento para 2025

Apresenta-se a seguir uma tabela da execução orçamental de 2024 e a variação entre o OGE de 2024 e a proposta de OGE de 2025. Os dados sobre a execução orçamental foram obtidos no "Portal da Transparência Orçamental de Timor-Leste", no dia 28/10/2024.

Nota: *O = Dotação Inicial; R = Dotação Revista*

Entidades	OGE 2024		PROPOSTA PARA OGE 2025		
	Dotações	Taxas de Execução	Dotações	Variação entre 2024 e 2025	
	($)	(%)	($)	($)	(%)
Presidência da República	O-10,948,750 R-11,028,750	71.9	10.844.151		-1.67
Primeiro-Ministro	O-3,216,604 R-6,638,820	89.9	3.884.402		-41.48
Presidência do Conselho de Ministros	O-12,543,437 R-15,283,437	72.8	4.956.893		-67.56
Ministério Justiça	O-13,527,213 R-14,207,213	66.5	12.876.049		-9.36
Ministério da Administração Estatal	O-54,409,666 R-64,174,666	80.5	25.998.921		-59.47
Tribunais	5,579,943	66.8	4.670.395		-16.30
Procuradoria-Geral da República	O-3,692,631 R-3,842,631	70.1	4.223.437		+9.9
Defensoria Pública			1.717.730		
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	2,061,391	71.4	2.139.368		+3.7
Inspeção Geral do Estado	1,008,300	59.5	923.919		-8.36
Polícia Científica de Investigação Criminal	2,211,304	62.5	2.184.301		-1.20
Arquivo e Museu da Resistência Timorense	O-2,687,459 R-2,762,459	86.6	3.214.907		+16.37
Arquivo Nacional de Timor-Leste	1,087,805	86.7	707.541		-34.95
Centro Nacional Chega!	1,804,377	68.8	1.563.638		-13.34
Comissão Anti Corrupção	2,332,135	38.1	1.925.935		-17
Comissão da Função Pública	3,048,399	74.4	2.901.148		-5
Comissão Nacional de Eleições	8,836,929	89.2	9.016.593		+2
Instituto Nacional da Administração Pública	1,328,521	52.1	1.445.707		+8.82
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	2,094,807	80.0	1.996.746		-4.68

II.2. Apreciação setorial

a) A apreciação setorial compreendeu a execução orçamental de 2024 e a proposta orçamental para 2025.

Foi produzida pela Assessoria Parlamentar do PN uma "nota técnica" para cada uma das instituições analisadas.

A análise da execução do OGE de 2024 foi feita em relação a cada uma das instituições da área de competência da Comissão A, com a indicação dos montantes e das taxas de execução para cada uma das categorias económicas de despesa, e realçando os aspetos merecedores de maior atenção.

A análise da proposta orçamental para o OGE de 2025, compreende a comparação e a análise das variações das dotações orçamentais entre 2024 e 2025, bem como os programas e atividades propostas. Indicam-se aí também as dotações para cada programa, e dentro de cada programa a sua distribuição por categorias económicas de despesa.

b) No âmbito da apreciação da proposta de orçamento para 2025, a Comissão realizou audiências com as instituições das áreas da sua competência. Nessas audiências a Comissão procurou obter informações sobre:
   - A execução orçamental de 2024, sucessos e constrangimentos;
   - O desempenho da instituição na execução das políticas e programas do seu sector;
   - A proposta orçamental para 2025 e a adequação do financiamento face aos objetivos e resultados esperados, conforme contidos nos planos anuais de ação.
   - O enquadramento do programa ou atividade nas atribuições da instituição.

II.2.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O orçamento da Presidência da República para 2024 foi de US $11,028,750.00 e a sua execução atingiu 71.4%, no final de Outubro.

A proposta do OGE para 2025 é de $10.844.151.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2024)

Programa	Dotação Inicial	Alteração	Dotação Final	Saldo	Execução
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	7,094,749	80,000	7,174,749	1,540,574.97	72.80%
A02: Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais	50,000	0	50,000	1,724.75	96.60%
A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança	344,000	0	344,000	154,804.40	53.40%
A36: Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	2,085,000	0	2,085,000	843,204.13	56.10%
A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo	1,375,001	0	1,375,001	118,641.50	90.901%
TOTAL	**10,948,750**	**80,000**	**11,028,750**	**2,658,949.75**	**71.4%**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título *Programas*	**Categorias**					**Total**
	Salários e Vencimentos	**Bens e Serviços**	**Transferências Públicas**	**Capital Menor**	**Capital de Desenvolvimento**	
001: Presidência da República	**4.893.100**	**4.401.821**	**1.001.000**	**150.000**	**398.230**	**10.844.151**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*4.893.100*	*2.051.571*	*180.000*	*150.000*	*398.230*	*7.672.901*
Programa A02: Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais	-	*150.000*	-	-	-	*150.000*
Programa A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança	-	*418.750*	-	-	-	*418.750*

Título *Programas*	Categorias					Total
	Salários e Vencimen-tos	**Bens e Serviços**	**Transferências Públicas**	**Capital Menor**	**Capital de Desenvolvimento**	
Programa A36: Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	-	*546.500*	*821.000*	-	-	*1.367.500*
Programa A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional	-	*1.235.000*	-	-	-	*1.235.000*

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Presidência da República				
	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
Categorias Económicas				
Total	$10,948,750	$11,028,750,00	$10,844.151	-2%
Salários e Vencimentos	$4,109,971	$4,109,971	$4,893.100	19%
Bens e Serviços	$5,538,220	$5,625,690	$4,401.821	-22%
Transferências Públicas	$1,050,559	$875,859	$1,001.000	14%
Capital Menor	0,00	$167,230	$150.000	-10%
Capital de Desenvolvimento	$250,000	$250,000	$398.230	59%

Audiência com a Presidência da República:

A Presidência da República esteve representada pela Diretora-geral, acompanhada pelo Diretor de Finanças e Plano e pelo Diretor dos Recursos Humanos.
Como é do costume foi-lhes dada a palavra para relatarem sobre a execução do OGE de 2024, na perspetiva das despesas, bem como da implementação dos programas e atividades

Sobre a proposta de OGE para 2025, procedeu a uma apresentação dos programas e atividades planeadas, bem como as respetivas dotações.

Principais questões abordadas durante a audiência

- A finalidade do adicional de $88.000 USD por transferência da "Dotação Geral do Estado", para reforçar o programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional, a qual foi para preencher as necessidades relacionadas com a visita de Sua Santidade o Papa Francisco.
- A iniciativa "*Dapur ba Povo*" tem a sua dotação para 2025 reforçada, porque se pretende o seu alargamento aos municípios no próximo ano. Os Deputados mostraram-se interessados em obter dados estatísticos sobre a quantidade de pessoas beneficiárias desta iniciativa.
- Os Deputados voltaram a apelar para a necessidade de se evitarem duplicações de ações assistência social entre o Governo e o Presidente da República, como é o caso dos apoios às pessoas mais carenciadas, a que o PR se tem dedicado.
- A participação do PR nas reuniões da ONU.
- Apoios de doadores à Presidência da República.

II.2.2. Gabinete do Primeiro Ministro

A dotação inicial do Primeiro Ministro para 2024 foi de $3.216.604. A dotação final, após transferência, ficou em $6.638.826,22. Esta transferência foi destinada a fazer às despesas com advogados para intervenção em negociações e processos judiciais, designadamente o caso do ferry Haksolok, reabilitação do aeroporto de Dili, negociações com a Timor Telecom, mas principalmente as negociações com a Austrália relativas ao *Greater Sunrise*.

A proposta do OGE para 2025 é de $3.884.402.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2024)

PROGRAMA	Dotação final	Compromissos	Obrigações	Real	Saldo	Execução
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	$6,396,567.22	$28,617.83	$177,531.95	$5,552,750.71	$637,666.73	89.6%
A21: Liderar a estratégia política do Governo e a política Nacional	$242,259.00	$.00	$.00	$177,280.92	$64,978.08	73.2%
TOTAL	**$6,638,826.22**	**$28,617.83**	**$177,531.95**	**$5,730,031.63**	**$702,644.81**	**89.0%**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título *Programas*	**Categorias**					**Total**
	Salários e Vencimentos	**Bens e Serviços**	**Transferências Públicas**	**Capital Menor**	**Capital de Desenvolvimento**	
003: Primeiro-Ministro	**1.137.348**	**2.387.054**	**-**	**360.000**	**-**	**3.884.402**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.137.348*	*1.778.472*	-	*360.000*	-	*3.275.820*
Programa A21: Liderar a estratégia política do Governo e a Política Nacional	-	*608.582*	-	-	-	*608.582*

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Primeiro-Ministro				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($)	($)	($)	(%)
Total	3,216,604	6,638,826.22	$3,884.402	- 41.48
Salários e Vencimentos	1.231.835	1.442.835.00	$1,137,348	
Bens e Serviços	1.984.769	5.195.991.22	$2,387,054	
Transferências Públicas	0,00	0,00	0,00	
Capital Menor	0,00	0,00	$360.000	
Capital de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	

Audiência com o Gabinete do Primeiro-Ministro

Representou o Gabinete do Primeiro-Ministro o Chefe de Gabinete interino, Senhor José Estevão Soares, o assessor-executivo sénior, que forneceu explicações sobre a execução orçamental de 2024 e a proposta de orçamento para 2025.

Mereceram especial atenção as seguintes questões:

a) Aa necessidade de explicação sobre a grande variação em mais que o dobro entre a dotação inicial e a dotação final no OGE de 2024.
b) Assim também em relação à categoria Capital Menor com uma dotação de 360.000 USD para 2025.
c) Estudo de viabilidade do projeto Greater Sunrise e seus resultados.

II.2.3. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

A dotação inicial do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) para 2024 foi de $12.543.437. A dotação final, após transferência, ficou em $15,283,437. A suplementação da dotação proveio da "Dotação Geral do Estado", para fazer face à necessidade de financiamento de despesas resultantes da atividade "Interlocutor para as negociações do Greater Sunrise", para que foi nomeado pelo Primeiro Ministro, ficando encarregue das negociações em representação do Estado.

A proposta do OGE para 2025 é de $4.956.893.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2024)

Programas	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec.
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3,032,415	-90,000	2,942,415	1,851,264.79	72.7
A29: Política Estratégica Nacional	4,585,530	2,590,000	7,175,530	5,358,048.50	73.6
A33: Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social	4,611,014	0	4,611,014	3,047,093.61	68.5
A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional do Governo	314,478	0	314,478	137,497.75	87.8
TOTAL	**12,543,437**	**2,500,000**	**15,043,437**	**7,759,715.09**	**71.4**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título *Programas*	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	
004: Presidência do Conselho de Ministros TOTAIS	**2.929.942**	**2.026.951**	**-**	**-**	**-**	**4.956.893**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.291.303	1.461.151	-	-	-	2.752.454

Programa A29: Política Estratégica Nacional	1.638.639	565.800	-	-	-	2.204.439

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Presidência do Conselho de Ministros				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
Total	$12,543,437	$15,283,437.00	$4,956,893	-60%
Salários e Vencimentos	$5,992.168	$5,992.168	$2,929,942	-51%
Bens e Serviços	$3,025,986	$5,702,819.00	$2,026,951	-99%
Transferências Públicas	$2.345.283	$2.345.283	0.00	0,00
Capital Menor	$100.000	$163,167.00	0.00	0,00
Capital de Desenvolvimento	$1.080.000	$1.080.000	0.00	0,00

Audiência com o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros

Estiveram presentes:

Vice-ministro dos Assuntos Parlamentares, em representação do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros.

Centro Nacional Chega!, representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Hugo Fernandes.

Arquivo e Museu da Resistência Timorense (AMRT), representado pelo seu Diretor Executivo, Sr. Jorge Alves.

Inspeção Geral do Estado (IGE), representado pelo Chefe de Departamento, Sr. Marcelo Xavier Nunes.

Todos usaram da palavra para explicarem às principais questões relacionadas com a execução orçamental de 2024, na perspetiva financeira, assim como na perspetiva da implementação das atividades e programas.

Questões levantadas pelos Deputados:

Em relação ao Ministro da Presidência do Conselho de Ministros:

a) Dotação para Capital de Desenvolvimento: aloka verba orsamentál ho **$1.080.000**, maibe la ezekuta to ohin loron (**$0.00**), *segundo Portal de Transparência*. Nune'e, Komisaun A, hakarak hetan klarifikasaun ba la utilizasaun verba orsamentál ba ketegoria ne'e rasik.
b) Hare ba ezekusaun orsamentu previstu ba Prezidénsia Konsellu Ministru ne'ebé foin atinji 67.4% *segundo Portal de Transparência*, ho razaun ne'e maka hetan diminuisaun ba orsamentu 2025 iha PPL? Se ita kompara ho dotasaun inisiál deit, orsamentu ba 2025 tuir PPL ne'e inferior tebes.
c) Foi explicado que a enorme redução no orçamento da PCM para 2025, em relação a 2024 é devido à segregação e autonomização do orçamento do Secetário de Estado da Comunicação Social.

Em relação ao AMRT:

a) A situação dos seus quadros/funcionários.
b) O trabalho de identificação dos sítios históricos.
c) Monumentos dos Heróis em cada município, para as pessoas conhecerem os heróis e mártires que vieram desses municípios.
d) Identificação dos sobreviventes da guerra.
e) Necessidade de um esclarecimento cabal sobre o levantamento de dados dos veteranos.

Em relação ao Centro Nacional Chega! :

a) O seu Diretor Executivo apresentou um relatório de "Narativa Justifikativa Planu Annual no Orsamento 2025" e um outro documento com o título de "PAA & OGE 2025".
b) Este último documento faz uma apresentação detalhada e gráfica das metas do Plano Estratégico 2025-2030, bem como dos Programas e Atividades para o ano de 2025.

c) O Plano Estratégico contém 3 metas e a prossecução de cada uma delas requer intervenção legislativa do Governo e do Parlamento. A intervenção legislativa está bem identificada no documento, designadamente:
   - Enquadramento legal para a proteção dos sobreviventes vulneráveis, adequado e integrado;
   - Quadro legal das reparações;
   - Quadro legal da proteção do património histórico.

d) Outras questões abordadas relacionam-se com:
   - O apoio de doadores que a CNC recebe.
   - A relação dos sítios já identificados.
   - A necessidade de coordenação entre o CNC e o AMRT

e) A pedido dos Deputados, foi posteriormente enviado à Comissão A:
   - A lista dos memoriais erigidos nos lugares onde ocorreram massacres.
   - A lista dos apoios dos doadores entre 2020 e 2024.

Em relação à Inspeção Geral do Estado:

a) Depois da contratação de funcionários no ano de 2024, haverá de novo mais contratações em 2025? Foi explicado que em 2024 não se fizeram todos os recrutamentos previstos, razão pela qual continuaram em 2025.

II.2.4. Ministério da Administração Estatal

A dotação inicial do Ministério da Administração Estatal para 2024 foi de US $54.409.666. A dotação final, após transferência de $9.375.000, ficou em $63.784.666. A suplementação da dotação proveio da "Dotação Geral do Estado", para fazer face a despesas com a visita de Sua Santidade o Papa Francisco, cujas dotações estavam concentradas no Título "Dotação Geral do Estado", tendo sido decidido distribuí-las por vários outros Títulos.

A proposta do OGE para 2025 é de $25.998.921.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2025)

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec.
025: Descentralização Administrativa e Poder local	30,482,492	0	30,482,492	25,713,373.74	88.8
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	20,842,366	9,510,000	30,352,366	21,255,517.85	74.2
980: Inclusão Social.	46,800	0	46,800	30,220.00	72.3
A23: Toponímia e Organização Urbana	1,590,744	0	1,590,744	530,830.85	63.3
A24: Desenvolvimento Local	1,447,264	-135,000	1,312,264	325,610.91	52.6
TOTAL	**54,409,666**	**9,375,000**	**63,784,666**	**47,855,553.35**	**80.5**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título	Categorias					Total
Programas	Salários e Vencimen.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
016: Ministério da Administração Estatal	**11.756.843**	**11.680.373**	**2.203.705**	**358.000**	**-**	**25.998.921**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	2.158.758	1.777.168	1.545.182	38.000	-	5.519.108
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	8.968.877	9.129.301	658.523	320.000	-	19.076.701
Programa 980: Inclusão Social	23.604	79.596	-	-	-	103.200
Programa A23: Toponímia e Organização Urbana	317.460	390.188	-	-	-	707.648
Programa A24: Desenvolvimento Local	288.144	304.120	-	-	-	592.264

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Ministério da Administração Estatal				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial ($.000)	Dotação Final ($.000)	Dotação ($.000)	(%)
Total	**$64,174,666.00**	**$64,174,666.00**	**$25,998,921**	**-59%**
Salários e Vencimentos	$13,560,352	$14,194,492.00	$11,756,843	-17%
Bens e Serviços	$11,705,694	$18,615,057.26	$11,680.373	-94%
Transferências Públicas	$27,157,020	$25,712,573.00	$2,203,705	-91%
Capital Menor	$1,986,600	$5,152,543.74	$358,000	-99%
Capital de Desenvolvimento	0.00	$500,000.00	0,00	0,00

Audiência com o Ministério da Administração Estatal

Esta audiência foi feita em conjunto com a Comissão de Finanças Públicas e a Comissão de Educação, Juventude, Cultura e Cidadania. A sessão foi presidida pela Presidente da Comissão de Finanças Públicas.

Estiveram presentes:
O Ministro da Administração Estatal, Sr. Tomás do Rosário Cabral.
O Vice-ministro da Administração Estatal, Sr. Jacinto Rigoberto de Deus.
O Secretario de Estado do Desenvolvimento Local, Sr. Mateus dos Santos Tallo.
O Secretário de Estado dos Assuntos da Toponímia e da Organização Urbana, Sr. Germano Santa Brites Dias.

Presidentes das Autoridades Municipais
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE)
Arquivo Nacional de Timor-Leste
Instituto Nacional da Administração Pública (INAP)

Após breve apresentação da proposta de orçamento do Ministério, pelo Ministro, foi aberta a oportunidade para perguntas e comentários por parte dos Deputados e, seguindo-se uma pausa, as respetivas respostas por parte do Ministro da Administração Estatal.

Por causa do limitado tempo que restou para as respostas por parte do Ministro, acordou-se que as questões que ficaram sem resposta na audiência, seriam respondidas por escrito e remetidas ao Parlamento Nacional, a tempo de serem consideradas nos relatórios e pareceres das Comissões.

As principais questões abordadas na audiência:

- Os Deputados pronunciaram-se sobre a necessidade de aumentar a competência dos Presidentes das Autoridades Municipais para decisões sobre investimentos, que na maior parte dos casos não ultrapassa os $500.000.
- Sobre o PNDS, os Deputados questionaram a qualidade das obras
- Sobre o programa "merenda escolar", que é gerido pelas administrações dos Postos Administrativos e orçamentado na categoria "transferências públicas", foram levantadas várias questões designadamente:
  a) As relacionadas com a gestão e controlo do programa;
  b) A auditoria ao programa, mandada fazer este ano;
  c) O custo unitário das refeições;
  d) A qualidade nutritiva e higiene;

- Sobre a iniciativa "Balcão único", à pergunta dos Deputados sobre se já há algum em funcionamento e que áreas cobre, respondeu o Ministro dizendo que se trata de um projeto com a cooperação do PNUD. Já existe em Ermera e que se seguirá Liquiça e Ataúro. Em Dili contará com a cooperação da UCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa) e da Câmara Municipal de Lisboa.

- Sobre a gestão de lixo em Dili, em resposta aos Deputados o dos Deputados, O Ministro esclareceu que:
  a) 19 milhões são para a gestão do Aterro Sanitário de Tibar;
  b) 11 milhões são para a recolha do lixo em Dili;
  c) Há 3 empresas privadas contratadas para estes trabalhos, sendo uma estrangeira e duas nacionais, das quais uma se ocupa da recolha e outra dos trabalhos no Aterro de Tibar.

- Sobre a enorme redução do orçamento do Ministério, o Ministro justificou o facto com a passagem do financiamento do PNDS para as Autoridades Municipais

II.2.5. Ministério da Justiça

A dotação inicial do Ministério da Justiça para 2024 foi de $13.527.213. A dotação final, após transferência, ficou em $14,207,213. A suplementação da dotação proveio da "Dotação Geral do Estado", para fazer face a despesas com a visita de Sua Santidade o Papa Francisco, cujas dotações estavam concentradas no Título "Dotação Geral do Estado", tendo sido decidido distribuí-las por vários outros Títulos.

A proposta do OGE para 2025 $12.876.049 é de o que representa uma **redução de 9.00%** em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2024)

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
029: Reformas do Estado	196,976	0	196,976	157,173.61	69.9%
392: Acesso à Justiça	9,722,817	146,737	9,869,554	5,884,949.47	62.6%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3,602,680	33,263	3,635,943	2,242,363.50	73.0%
980: Inclusão Social.	4,740	0	4,740	1,928.50	45.4%
TOTAL	**13,527,213**	**180.000**	**13,707,213**	**286,415.08**	**65.4%**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
015: Ministério da Justiça	**8.082.102**	**4.328.716**	**-**	**200.000**	**265.231**	**12.876.049**
Programa 029: Reformas do Estado	178.712	12.785	-	-	-	191.497
Programa 392: Acesso à Justiça	5.976.626	3.104.568	-	200.000	265.231	9.546.425
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.926.764	1.201.397	-	-	-	3.128.161
Programa 980: Inclusão Social	-	9.966	-	-	-	9.966

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Ministério da Justiça				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
Total	$13,527.213	$14,207,213.00	$12,876.049	-9%
Salários e Vencimentos	$8,522.192	$8,522.192	$8,082.102	-5%
Bens e Serviços	$3,869.046	$4,408,246.00	$4,328.716	2%
Transferências Públicas	0.00	0,00	0.00	0.00
Capital Menor	$915.250	$1, 056,050.00	200.000	-98%
Capital de Desenvolvimento	$220.725	$220.725	265.231	20%

Audiência com o Ministério da Justiça e entidades tuteladas

Estiveram presentes:

O Ministro da Justiça, Dr. Sérgio Hornai

O Secretário de Estado de Terras e Propriedades, Eng. Jaime Xavier

A Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), Dra. Marcelina Tilman

O Diretor da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), Dr. Vicente F. de Brito

A Defensora Pública Geral Adjunta, Dra. Olga Barreto Nunes

O Presidente da Comissão de Terras e Propriedades, Dr. Pascoal da Costa.

Principais questões abordadas na audiência

O Ministro da Justiça apresentou em síntese a execução do OGE de 2024, lembrando os quatro programas que integram o plano de ação anual, onde destacou:

- Os enormes problemas que continuaram a enfrentar em relação à emissão de passaportes, onde foi preciso um reforço da dotação orçamental para aquisição de máquina de impressão e de cadernetas. O processo de aquisição está em andamento.
- A construção do muro da Prisão de Gleno, igualmente em andamento.
- Em relação ao registo de terras, há a referir que os casos em disputa atingem 17% do total de registos.
- Ainda sobre Terras e Propriedades, e para fazer face à necessidade de reforçar o número de funcionários, foi feito um pedido de dotação adicional para recrutar 122 pessoas, cujo processo está agora na fase de provas escritas.
- Para 2025 o Ministério pretende apresentar 19 propostas legislativas, designadamente sobre a Ordem dos Advogados e o Regime das Contra-Ordenações, entre outros diplomas em matérias relacionadas com a nossa adesão à ASEAN.
- Afirmou que o MJ quer dar um passo decisivo no processo de atribuição de títulos de propriedade, quer os relativos à propriedade privada, assim como os relativos às propriedades do Estado.

Defensoria Pública

- Em 2025, e pela primeira vez, a Defensoria Pública passa figurar, no OGE de 2025, com orçamento separado do orçamento do Ministério da Justiça, muito embora o seu estatuto orgânico, ou a sua natureza institucional, não tenha sofrido mudança. Continua a ser um serviço do Ministério da Justiça. Porém, com a alteração em Abril de 2023 (Decreto-Lei n.º 21/2023, de 12 de abril, que altera o Novo Estatuto de 2017), passa a possuir autonomia financeira:

  "Artigo 1.º - Natureza e missão
  1. A Defensoria Pública é o serviço essencial do Ministério da Justiça, dotado de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e técnica, que funciona na direta dependência do Ministro da Justiça e que é responsável pela prestação de assistência judicial e extrajudicial, de modo integral e gratuito, aos cidadãos que dela necessitem em razão da sua situação económica ou social.
  2. [...]"

- Pela Defensora Pública Geral Adjunta foi dado conhecimento à Comissão da preocupante situação de carência de defensores públicos para fazer face à demanda que pesa sobre a instituição. Reconhece que a queixa sobre a deficiente assistência aos reclusos tem fundamento e tem como causa aquela carência acima referida. Todavia, no sentido de não os deixar totalmente desamparados, em casos de extrema necessidade, fazem recurso a oficiais de justiça para o atendimento aos mesmos.
- Dos 34 defensores públicos, só 29 estão em exercício de funções

- Foi entregue à Comissão Um "Relatório de Assistência da defensoria Pública em 2024", de Janeiro a Setembro, contendo dados estatísticos sobre casos crime e cíveis; julgamentos crime e cíveis; Julgamentos móveis de casos crime e de casos cíveis; abrangendo os quatro Tribunais de Primeira Instância.

- Foi também, entregue um outro documento contendo elementos informativos detalhados da proposta orçamental para 2025 e dos Programas e Atividades para 2025. São 10 atividades, distribuídos por 3 sub-programas e estes em 2 programas

Centro de Formação Jurídica e Judiciária

- Estão neste momento a frequentar a fase prática 24 formandos, enquanto estão a ser lavados a cabo negociações com o CFJ de Portugal para a realização de um estágio de 12 meses.
- À preocupação dos Deputados quanto à dotação do CFJJ ser ou não suficiente para as necessidades, foi esclarecido que as dotações inscritas no CFJJ são apenas para o seu funcionamento, porquanto o financiamento da formação em si é assegurado pelo FDCH.

Comissão de Terras

- Relatou o trabalho atual da Comissão e o número de casos já resolvidos: dos 336 casos disputados, foram resolvidos 174.
- Invocou a necessidade de se implementar a sua autonomia financeira na prática.

Foram ainda objeto de apreciação e discussão, provocadas por questões levantadas pelos senhores Deputados, as seguintes matérias:

- A falta de indicadores, ou de indicadores apropriados e adequados, de género e inclusão social no plano de ação do MJ, constitui uma grave falha, na medida em que impede a rigorosa avaliação de desempenho quanto às ações, e o seu sucesso ou não, no que diz respeito à promoção da igualdade, designadamente de género, mas não só. Foi feito um apelo à melhoria da conceção e elaboração das atividades dos Planos de Ação. Assim também em relação aos relatórios de desempenho, na elaboração dos quais não se deve negligenciar o relato da performance dos indicadores de género e inclusão social.
- O atendimento ao público nos serviços de Registo e Notariado, que continua a ser um enorme problema e precisa de uma solução rápida.
- A longa demora para o início de emissão de títulos de propriedade, depois da grande expectativa que foi criada com a nova legislação sobre a titularidade dos bens imóveis, aprovada há mais de sete (7) anos.

- Sobre a atuação da PCIC nos casos de substância tóxicas consumidas por animais de criação, que terão levantado suspeitas de ação criminosa; sobre a capacidade do seu laboratório de fazer as análises necessárias à identificação da natureza dessas substâncias.
- Ainda sobre Terras:
    - O MJ afirmou estar a trabalhar na atualização da base de dados dos terrenos do Estado e na classificação da sua natureza, de acordo com os fins a que se destinam, a saber, urbano, agrícola; assim como a sua classificação em relação à ocupação atual - se ocupado por privados, por embaixadas ou organismos internacionais, etc.
    - Há dois cadastros de terras: "o produzido pelo projeto "Ita-nia Rai" e o produzido pelo Sistema Nacional de Cadastro (SNC).

II.2.6. Polícia Científica de Investigação Criminal

O orçamento para 2024 foi de US 2.211.304. A proposta de orçamento para 2025 é de US 2.184.301, representando uma **redução de 1,00 %** em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS

Programa	Dotação Inicial	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
392: Acesso à Justiça	1,996,685	1,996,685	1,171,769.35	63.8%
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	214,619	214,619	116,163.73	49.5%
TOTAL	**2,211,304**	**2,211,304**	**1,287,933.08**	**62.2%**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	
037: Polícia Científica de Investigação Criminal	**1.351.538**	**832.763**	**-**	**-**	**-**	**2.184.301**
Programa 392: Acesso à Justiça	1.244.054	716.823	-	-	-	1.960.877
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.638.639	115.940	-	-	-	223.424

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Polícia Científica de Investigação Criminal					
Categorias Económicas	OGE 2024			PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Execução real (2024)	Dotação	
	($.000)	($.000)	(%)	($.000)	(%)
Total	$2,211.304	$.2,211.304	56%	$2,184.301	-1%
Salários e Vencimentos	$1,363.774	$.1,379.774	67%	$1,351.538	-2%

Bens e Serviços	$643.424	$.627,424	47%	$832.763	23%
Transferências Públicas	0.00	0.00	0.0%	$.00	-
Capital Menor	$204.106	$.204.106	11%	$.00	%
Capital de Desenvolvimento	0.00	$.00	0.0%	$.00	0.00

Audiência com a Polícia Científica de Investigação Criminal

A audiência com a PCIC teve lugar conjuntamente com a audiência com o Ministério da Justiça.

- Após apresentação dos resultados da execução orçamental de 2024, o seu Diretor destacou como resultados mais importantes em 2024:
  - A instalação do sistema da Interpol de controle das fronteiras terrestres e aérea;
  - Inauguração do laboratório de DNA em outubro;
  - A realização de 214 processos de investigação e 322 atendimentos de piquete e prevenção.
- Referiu como o grande desafio para o 2025 continuará a ser a superação do atraso na execução do Plano Estratégico, causado pela pandemia do COVID-19.
- Referiu-se aos pilares nacionais envolvidos no combate ao crime organizado, o qual não é uma tarefa apenas da PCIC.

II.2.7. Tribunais

O orçamento para 2024 foi de US $5.579.943US. A proposta de orçamento para 2025 é de $4.670.395, representando uma **redução de 16 %** em relação a 2024. O OGE de 2024 por sua vez já representava uma redução de 25 % em relação a 2023.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2025)

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	4,498,001	0	4,498,001	2,772,059.86	62.8
392: Acesso à Justiça	55,000	0	55,000	8,598.75	15.6
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,026,942	0	1,026,942	634,523.44	84.8
TOTAL	**5,579,943**	**0**	**5,579,943**	**3,415,182.05**	**66.3**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / *Programas*	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
033: Tribunais	**3.454.572**	**925.823**	**-**	**290.000**	**-**	**4.670.395**
Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	3.454.572	434.256	-	-	-	3.888.828
Programa 392: Acesso à Justiça	-	26.000	-	-	-	26.000
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	465.567	-	290.000	-	755.567

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Tribunais				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($.000)	($.000)	($.000)	(%)
Total	$5.579.943	$5.579.943	$4.670.395	-16%
Salários e Vencimentos	$3.924.650	$3.934,990.00	$3.454.572	-12%
Bens e Serviços	$948.027	$937.687.00	$925.823	-2%
Transferências Públicas	$7.000	$7.000	0.00	0.00
Capital Menor	$400.000	$400.000	$290.000	-28%
Capital de Desenvolvimento	$300.266	$300.266	0.00	0.00

Audiência com os Tribunais

Esteve presente o Presidente do Tribunal de Recurso e Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, acompanhado de dirigentes dos serviços administrativos e financeiros.

Dada a palavra ao Senhor Presidente do TR, este fez uma introdução para fazer referência a algumas questões que exigem atenção especial do Parlamento Nacional, a saber:

- Que a limitação na prática da autonomia financeira dos Tribunais, devidamente consagrada em lei, tem constituído um entrave na execução de algumas atividades, designadamente:
  a) O envio de formandos para Portugal para realização de estágio, cuja dotação orçamental foi inscrita no Ministério da Justiça;
  b) A contratação se assessoria técnica para os Tribunais. Esta questão já fora objeto de apreciação aquando das audiências sobre o OGE de 2024. Naquela ocasião mostrara-se preocupado com a situação de perda de autonomia dos Tribunais, tendo afirmado que *"a transição da dotação para salários dos assessores internacionais dos Tribunais para "Dotação Geral do Estado". Colocando a dotação neste capítulo, significa retirar a autonomia aos Tribunais, isto fará com que os Tribunais só poderão celebrar contratos com a anuência do Ministério das Finanças, que passará a ser parte nos contratos a assinar com os assessores. Entendem que é uma violação da Lei da Organização Judiciária. E além, disso, é um procedimento que não se aplica a outros órgãos de soberania".*
- Apelou à efetivação da autonomia administrativa e financeira, que já era uma prática bem estabelecida, e agora passou a ter consagração legal na Lei da Organização Judiciária.

- Para a auditoria financeira aos serviços de apoio dos Tribunais, requerida pelo Parlamento Nacional, e que deverá ser feita por uma entidade independente, não foi realizada em 2024, por falta de disponibilidade financeira. Estimamos ser necessário fazer uma provisão de um milhão de dólares, fato este que já comunicamos ao Parlamento Nacional, na pessoa da sua Presidente.
- A agravar a situação causada pelo limitado número de juízes, houve no decorrer do corrente ano o pedido de demissão de 2 juízes, os quais invocarão o enorme excesso de trabalho e pouco tempo para dedicar à família; e a contrapartida limitada da remuneração atualmente praticada.
- A situação acima descrita leva o Presidente do TR a pedir a consideração com vista a uma revisão do estatuto remuneratório dos magistrados.

Dada a palavra ao Diretor-Geral das Finanças, este prestou informação sobre as questões mais relevantes da execução orçamental de 2024, designadamente:

- O ponto de situação sobre as obras em curso, nomeadamente o desenho de arquitetura dos edifícios para os novos tribunais.
- Os tribunais novos que se pretendem instalar são os de Viqueque, Ermera e Maliana.
- Relativamente a recursos humanos, esclareceu que:
  a) O número de oficias de justiça, 126, é suficiente para as necessidades atuais;
  b) Os Tribunais contam com 8 assessores internacionais, sendo 2 para a primeira instância, 2 para a Câmara de Contas, 2 para o Tribunal de Recurso, e 1 técnico de obras

Outras questões abordadas na audiência, compreenderam:

- A data da inauguração do novo edifício do Tribunal de Primeira Instância de Dili.
- A continuada dificuldade de constituição de tribunal coletivo, que tem origem no limitado número de juízes sediados em cada tribunal.
- A utilidade e a experiência positiva dos "Tribunais Móveis", que continuam a constituir uma ajuda preciosa na resposta à necessidade de aproximação aos cidadãos e na aceleração da resolução das causas judiciais.

Pedido de adicionais

Foi feito um pedido de aprovação de dotação adicional no montante $1.112.650 USD. O pedido foi posteriormente formalizado por ofício do Presidente do Tribunal de Recurso.

Deste montante:

a) $1.000.000 (Um milhão) destina-se a provisão para o pagamento da auditoria financeira às contas do Serviço de Apoio aos Tribunais de 2020 a 2024.

b) $60.000 para a reabilitação do Tribunal de Primeira Instância de Oe-Cusse Ambeno.

c) $52.650 para pagamento dos salários de julho a dezembro de 2025 dos juízes estagiários, que vão iniciar funções em 1/7/2025, após finalizarem a fase prática de formação. Esta informação só chegou ao conhecimento do CSMJ recentemente, razão pela qual não foi orçamentada na proposta de OGE.

II.2.8. Procuradoria Geral da República

O orçamento inicial da PGR para 2024 foi de US $3.692.631. Após adicional por transferência do Título "Dotação para todo o Estado" ficou em US $3.842.631.

A proposta de orçamento, para 2025 é de US $4.223.437, representando um **aumento de 10 %** em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS (28/10/2024)

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
392: Acesso à Justiça	156,272	0	156,272	63,970.00	43.4
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3,536,359	150,000	3,686,359	2,554,822.25	71.3
TOTAL	**3,692,631**	**150,000**	**3,842,631**	**2,618,792.25**	**70.1**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / *Programas*	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
034: Procuradoria-Geral da República	**3.277.759**	**905.678**	**-**	**40.000**	**-**	**4.223.437**
Programa 392: Acesso à Justiça	-	88.600	-	-	-	88.600
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3.277.759	817.078	-	40.000	-	4.134.837

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Procuradoria-Geral da República				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($.000)	($.000)	($.000)	(%)
Total	$3.692.631	$3,842,631	$4.223.437	10%
Salários e Vencimentos	$2.879.881	$2.881,881.00	$3.277.759	14%
Bens e Serviços	$757.678	$905,678	$905.678	0%
Transferências Públicas	0.00	0.00	-	-
Capital Menor	0.00	0.00	$40.000	%
Capital de Desenvolvimento	$55.072.00	$69,949.00	0.00	0.00

Audiência com a Procuradoria Geral da República

Dada a palavra ao Senhor Procurador Geral da República, este pronunciou-se nos seguintes termos:

- Em relação à execução do OGE 2024, apresentou os números e as percentagens.
- Em relação ao OGE de 2025, referiu-se:
  a) À necessidade de alocara recursos para a eventualidade de virem a ser nomeados novos Procuradores de Recurso e novos Procuradores Estagiários
  b) Que havia a expectativa de entrarem em funções novos Procuradores Estagiários ainda em 2024, mas que o seu período de prática no CFJJ foi estendido por mais um ano, por decisão do Ministro, com base em poderes que lhe confere o diploma legal sobre o Regime de Formação no CFJJ.
  c) À necessidade de capital menor para aquisição de mobiliário para a nova residência de Procuradores em Manufahi e outras necessidades para a sede da Procuradoria nesse mesmo município- num total de $40.000.

Complementando a sua intervenção, o Diretor de Finanças da PGR esclareceu:

- Que as necessidades de capital menor incluem também viaturas.
- Há despesas previstas para a manutenção do edifício da Procuradoria e residência em Baucau.
- Que há necessidade de um adicional, para aquisição de 2 viaturas para Procuradores, para substituir viaturas velhas.

A Pedido dos Deputados, foram prestados esclarecimentos sobre:

- O aumento da dotação para Capital de Desenvolvimento, reforçando e detalhando a explicação anteriormente dada.
- O volume e a gestão dos casos pendentes.
- A falta de água no edifício da Procuradoria em Baucau, a qual já está resolvida.
- A necessidade de continuarem com assessoria internacional.
- A receção de novos oficiais de justiça em 2025. Está a decorrer o concurso de seleção e recrutamento.
- Lugares na orgânica da Procuradoria-Geral da República ainda não preenchidos, porque são lugares de acesso aberto apenas a Procuradores de 1ª classe, que não há em número suficiente.

II.2.9. Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

O orçamento para 2023 foi de US $2.061.391US. A proposta de orçamento para 2025 é de US $2.139.368, representando um **aumento de 4,00 %** em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
157: Direitos Humanos e Boa Governação	1,289,370	6,000	1,295,370	897,757.38	70.0
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	772,021	-6,000	766,021	530,355.85	72.9
Total	**2,061,391**	**0**	**2,061,391**	**1,428,113.23**	**71.1**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
035: Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	**1.402.463**	**696.905**	**-**	**40.000**	**-**	**2.139.368**
Programa 157: Direitos Humanos e Boa Governação	-	272.155	-	-	-	272.155
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.402.463	424.750	-	40.000	-	1.867.213

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
Total	$2.061.391	$2.061.391	$2,139.368	4%
Salários e Vencimentos	$1,317.463	$1,317.463	$1,402.463	6%

Bens e Serviços	$728.928	$701,943	$696.905	-4%
Transferências Públicas	$15.000	$15.000	$.00	-
Capital Menor	$.00	$26,985.00	$40.000	48%
Capital de Desenvolvimento	$.00	$.00	$.00	0.%

Audiência com a Provedoria de Direitos Humanos e Justiça

A PDHJ esteve representada pelos Provedores Adjuntos, Sr. Rigoberto Monteiro e Sra. Maria Auxiliadora da Costa.

Na sua intervenção de abertura, referiram-se:

a) Ao progresso da execução do OGE de 2024, com referência a programas e atividades, e às taxas de execução;

b) Às prioridades do Plano estratégico 2024-2028;

c) À proposta de OGE para 2025, destacando dois eventos de natureza internacional, a saber, (i) Encontro Regional de Provedorias do Sudeste Asiático, que a PDHJ vai sediar, e (ii) o Encontro de Organizações de Direitos Humanos do Sudeste Asiático.

d) Submeteram um documento intitulado "Planu Asaun Anual PDHJ, Tinan 2025", que contém

- As Prioridades da PDHJ para 2024-2028.
- O Programa de Atividades para 2025.
- As dotações orçamentais para 2025, por categorias económicas de despesas e por programas

Outras questões abordadas na audiência:

- Relativamente à execução do OGE de 2024, esclarecimentos sobre o desempenho orçamental em S&V, B&S e Capital Menor
- Necessidade de um edifício próprio, cuja construção foi suspensa pelo Fundo de Infraestruturas, de cuja decisão a PDHJ apresentou uma reclamação. A pedido dos Deputados, foi remetida à Comissão cópia da Reclamação sobre a suspensão.
- Necessidade de alteração dos estatutos da PDHJ.

- Necessidade de ratificação de algumas convenções, designadamente a convenção sobre desaparecimento forçado de pessoas.
- As queixas recebidas pela PDHJ, em número de 44, e cujas causas mais frequentes, que são do seguinte domínio (i) liberdade e segurança [que se referem à ação da polícia], (ii) violação sexual, (iii) violência doméstica.
- Pedido de partilha de informação sobre a ação da PDHJ nas questões do acesso à escola e acesso à saúde

II.2.10. Comissão Anti Corrupção!

O orçamento para 2024 foi de US $2.332.135. A proposta de orçamento para 2025 é de US $1.925.935, representando uma **redução de 17,0 %** em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
392: Acesso à Justiça	269,320	0	269,320	45,907.75	18.6
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	2,062,815	0	2,062,815	817,842.07	40.2
TOTAL	**2,332,135**	**0**	**2,332,135**	**863,749.82**	**37.9**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
074: Comissão Anti-Corrupção	**1.428.948**	**496.987**	**-**	**-**	**-**	**1.925.935**
Programa 392: Acesso à Justiça	60.028	166.223	-	-	-	226.251
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.368.920	330.764	-	-	-	1.699.684

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

	Comissão Anti-Corrupção			
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($.000)	($.000)	($.000)	(%)
Total	$2,332.135	$2,332.135	$1,925.935	-17%
Salários e Vencimentos	$1,428.948	$1,428.948	$1,428.948	0%
Bens e Serviços	$496.987	$496.987	$496.987	0%
Transferências Públicas	$.00	$.00	-	-
Capital Menor	$406.200	$406.200	-	%
Capital de Desenvolvimento	$.00	$.00	-	-

Audiência com a Comissão Anti Corrupção

A CAC esteve representada pelo seu Comissário, Dr. Rui Pereira.

Foram as seguintes as principais questões abordadas na audiência:

- O relatório da execução orçamental de 2024, donde se destaca o facto de a mesma ter sido enormemente prejudicada pela falta de Comissário ao longo de praticamente todo o ano. Só o Comissário pode autorizar despesas.
- A falta de Comissário teve igualmente impacto negativo no desempenho das funções, designadamente as de investigação criminal, não só no que respeita às despesas associadas com a mesmo, como, fundamentalmente, no que respeita à condução da própria investigação.
- Em consequência, estas foram transferidas para a PCIC ou assumidas pelo próprio Ministério Público.
- A CAC solicita um adicional no OGE de 2025, tendo submetido um documento nesse sentido. para:
  a) S&V – $5.620,20;
  b) B&SC – $214.390;
  c) C.M. – $22.000, para a compra de um gerador;
- Número de funcionários em geral e de investigadores, sendo:

a) 116 funcionários, incluindo 6 novos funcionários recentemente recrutados:

b) 30 na investigação: 26 na Prevenção; e 24 no serviço de Cooperação

- Continua a haver necessidade de assessoria internacional, nomeadamente para a realização da Estratégia Nacional Anti-corrupção e outro para a elaboração de curriculum académico de anti-corrupção, para o ensino pré-secundário e secundário.
- Ainda está por nomear um Comissário Adjunto, para a área da investigação, onde a CAC pretende alguém oriundo da Polícia ou da Magistratura.

II.2.11. Comissão da Função Pública

O orçamento para 2024 foi de US $3.048.399. A proposta de orçamento para 2025 é de US $2.901.148, o que corresponde a uma **redução de** ____ % em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	3,038,019	7,500	3,045,519	2,051,732.27	74.4
980: Inclusão Social.	10,380	-7,500	2,880	0.00	0.0
TOTAL	**3,048,399**	**0**	**3,048,399**		**74.4**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
075: Comissão da Função Pública	**1.1992.798**	***903.350***	-	-	-	**2.901.148**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.992.798*	*905.350*	-	-	-	*2.898.148*
Programa 980: Inclusão Social	-	*3.000*	-	-	-	*3.000*

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Comissão da Função Pública				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($.000)	($.000)	($.000)	(%)
Total	$3,048.399	$3,048.399	$2.901.148	-5%
Salários e Vencimentos	$2,127.049	$2,127.049	$1,992.798	-6%
Bens e Serviços	$918.350.00	$898,350.00	$908.350.00	1,11%
Transferências Públicas	$3.000	$3.000	$.00	$.00
Capital Menor	$.00	$20.000	$.00	0.0%
Capital de Desenvolvimento	$.00	$.00	$.00	0.0%

Audiência com a Comissão da Função Pública

A Comissão da Função Pública esteve representada pelo Presidente. Fez a apresentação da execução orçamental de 2024. De seguida falou dos programas e das dotações para 2025, justificando os montantes alocados pelas diversas categorias económicas e programas.

Submeteu à Comissão um documento contendo informação sobre a execução do OGE 2024 e o plano de ação e prioridades para 2025.

Destacou, entre as atividades desenvolvidas em 2924, as visitas de estudo ao estrangeiro e as atividades de disseminação nos postos administrativos.

Sobre as atividades a realizar em 2025, realçou a (i) cooperação e as parcerias, (ii)assim como e construção do "*e-recruitment building*", (iii) formação e "*caracter-building*" em regime piloto para membros da F-FDTL

Outras questões abordadas durante a audiência pública

No decorrer da audiência, instado quer pelas perguntas dos Deputados quer por comentários dos mesmos, teve a oportunidade de se pronunciar e apreciar em conjunto com os Deputados as seguintes questões:

- As razões por que a dotação de $10.380 para o programa *Inclusão Social* não foi gasta.
- As razões da transferência de $20.000 da categoria B&S para a categoria CM.

- O número de funcionários que, nos termos da lei recentemente aprovada, irão se reformar obrigatoriamente. Qual a sua distribuição por ministérios.
- Que situações se podem antecipar como sendo aquelas em que a Administração Pública pretenderá reter o funcionário público, depois deste atingir a idade de reforma obrigatória.
- Medidas previstas para reduzir a influências político-partidárias na Administração Pública e acentuar o carácter técnico da Função Pública.
- O aumento da produtividade na Administração Pública, poderá contribuir para a redução da dependência do Fundo Petrolífero para o pagamento dos salários.
- Os quadros formados no exterior com dinheiros públicos, não são devidamente aproveitados quando regressam ao país

As várias perguntas formuladas pelos Deputados, e cuja resposta não foi fornecida na audiência, foram objeto de resposta por escrito, em documento remetido posteriormente à Comissão A

II.2.12 Comissão Nacional de Eleições

O orçamento para 2024 foi de US $8.836.929. A proposta de orçamento para 2025 é de US $9.016.593, o que representa um **aumento de 2.0** % em relação a 2024.

Execução OGE 2024 POR PROGRAMAS

Programa	Dotação Inicial	Alteração Orçamental	Dotação Final	Despesas Atuais	% Exec
510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	8,836,929	0	8,836,929	7,839,344.04	89.2%
TOTAL	**8,836,929**	**0**	**8,836,929**	**7,839,344.04**	**89.2%**

Dotação PPL OGE 2025 por PROGRAMAS e por CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Título / Programas	Categorias					Total
	Salários e Vencim.	Bens e Serviços Correntes	Transf. Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvol.	
076: Comissão Nacional de Eleições	**1.173.131**	**1.143.462**	**6.000.000**	**-**	**700.000**	**9.016.593**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1.173.131	1.143.462	6.000.000	-	700.000	9.016.593

Comparação Orçamento Geral do Estado de 2024 e Orçamento Geral do Estado de 2025

Comissão Nacional de Eleições				
Categorias Económicas	OGE 2024		PPL OGE 2025	Variação 2025 sobre 2024
	Dotação Inicial	Dotação Final	Dotação	
	($.000)	($.000)	($.000)	(%)
Total	$8,836.929	$8,836.929	$9,016.593	2%
Salários e Vencimentos	$1,321.840	$1,321.840	$1,173.131	-11%
Bens e Serviços	$1,345.249	$1,345.249	$1,143.462	-15%
Transferências Públicas	$6,019.840	$6,019.840	$6.000.000	-0%
Capital Menor	$150.000	$150.000	-	%
Capital de Desenvolvimento	$.00	$.00	$700.000	-

Audiência com a CNE

Esteve representada pelo seu Presidente, o Dr. José Agostinho da Costa Belo.

O Presidente da Comissão Nacional de Eleições, nas palavras de abertura, faz uma breve apresentação da execução do OGE para 2024, referindo-se às taxas de execução por categoria de despesa, destacando as mais importantes despesas realizadas durante o ano, com relevo para:

a) Salão de Apuramento da CNE em Lautém e Bobonaro;

b) Campanhas de educação cívica;

c) Missões de Estudo;

d) Missões de observação eleitoral.

Fez apresentação resumida da proposta de OGE para 2025, destacando:

a) A proposta de $700.000 para a construção do Centro para a Democracia. A construção deste Centro estava pensada para o ano de 2024, mas por limitações orçamentais foi adiado- conforme discutido na audiência do OGE 2024 - e agora tem dotação para ser construído em 2025. É um centro com funções de museu, para registo da nossa história

democrática, e de centro de educação para as eleições e para a democracia, como existe, por exemplo, na Coreia do Sul.

Outras questões abordadas, incluíram:

a) O número de funcionários da CNE, que se distribuem da seguinte maneira: 169 permanentes, dos quais 76 a nível nacional e 95 nos municípios, e 2 assessores nacionais. Alguns dos funcionários estão a exercer cargos de direção e chefia em outras instituições do Estado.

b) A ideia da educação cívica recebeu apoio dos Deputados, que enfatizaram a necessidade de focar a educação nos novos eleitores.

c) As ações de educação cívica envolveram mais de 10 mil participantes. As campanhas estiveram também focadas na educação de deficientes, principalmente os invisuais. A CNE testou modelos participativos, envolvendo responsáveis municipais.

d) Também recebeu apoio a criação de dos centros de apuramento nos municípios, considerando que iremos ter, além das eleições nacionais e as eleições dos sucos, as eleições municipais

e) Também recebeu apoio dos Deputados a realização de educação cívica, enfatizando que a mesma deve dar atenção à educação de novos eleitores.

f) Sobre o *na'e bit- boot*, como forma de promoção da democracia e a dignificação da cidadania e da identidade timorense, referida pelos Deputados, o Presidente da CNE explicou que optaram pela sua substituição por outro ritual de grande simbolismo e adesão popular, que são as orações e as bênçãos religiosas, feitas para alcançar o sucesso das eleições, reforçando o compromisso com eleições pacíficas.

g) O Presidente da CNE referiu-se à necessidade de revisão da lei eleitoral, na matéria relacionada com o registo das coligações, sendo que no seu entendimento esta devia ser uma competência da CNE – e não do STJ -, de modo a que os recursos das decisões pudessem depois ser interpostos junto do STJ.

III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

1. Indicadores de género, igualdade e inclusão

Constatando a sistemática falta de indicadores de género ou de inclusão e igualdade, ou a sua inadequada ou inapropriada formulação e apresentação, quer no momento da formulação dos Planos Anuais de Ação, quer no relato da execução das atividades,

A Comissão RECOMENDA, ao Governo, através do Ministério das Finanças, um maior cuidado e rigor na formulação dos indicadores, pela escolha criteriosa dos tipos de indicadores e a sua adequabilidade para servir de medida de desempenho e grau de atingimento dos objetivos e metas das atividades. A sua falta ou a deficiente formulação causa a impossibilidade grave de avaliação de performance, que são um dos critérios para aferir o merecimento de fundos públicos para financiamento das atividades propostas.

2. Emissão de títulos de propriedade

Constatando os enormes investimentos financeiros feitos para a identificação e o registo cadastral de imóveis, bem assim como o tempo já decorrido desde a aprovação do regime legal para o reconhecimento da titularidade dos bens imóveis, em 2017, e que, não obstante isso, continuam sem serem emitidos os títulos de propriedade,

A Comissão RECOMENDA, ao Governo, através do Ministério da Justiça, que se tomem todas as medidas necessárias para o expedito início da atribuição de títulos de propriedade, cientes da necessidade que os cidadãos deles têm para a tramitação dos negócios da vida privada de cada um, assim como da sua relevância para os negócios do comércio e dos investimentos na economia do país.

3. Auditoria aos serviços de apoio aos tribunais abrangendo os anos de 2020 a 2024

Constatando que, a despeito das várias diligências e comunicação institucional, não foi possível assegurar a realização da auditoria aos serviços de apoio aos tribunais, solicitada pelo Parlamento Nacional, por falta de provisão de fundos,

A Comissão RECOMENDA, ao Parlamento Nacional, a aprovação de uma dotação orçamental de US $1.000.000 de USD, para a contratação de auditoria independente e idónea para a realização da auditoria financeira dos anos de 2020 a 2024 aos Serviços de Apoio aos Tribunais.

4. **Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados**

Constatando, como havia feito e recomendado no ano passado, que continua por ratificar a "Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados", e tomando boa nota a preocupação, apresentada pelo Centro Nacional Chega!, em que o nosso Estado ratifique esta Convenção, que se afigura como instrumento indispensável para a prossecução mais cabal de alguns aspetos da sua missão e do seu Plano Estratégico, a nível interno e, principalmente, a nível internacional.

A Comissão RECOMENDA, ao Governo, através do Ministério da Justiça e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, que promova as diligências necessária à assinatura a apresentação para ratificação da **Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra os Desaparecimentos Forçados**.

5. **Dotações para pagamento de assessores internacionais dos Tribunais**

Constatando que a recomendação feita no ano passado, em sede de apreciação da proposta de OGE, não teve acolhimento; permanecendo a situação em que as dotações para contratação/pagamento de assessores internacional para os Tribunais não estão inscritas no orçamento dos Tribunais; situação essa que fora justificada como de transição;

Reconhecendo que tem fundamento as preocupações levantadas pelos Tribunais, principalmente o argumento de que esta medida põe em causa a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que já era pratica consolidada e passou a estar consagrada na Lei da Organização Judiciária (artigo 3.º), e que esta autonomia é corolário da sua qualidade de órgão de soberania e independente definido como tal pela CRDTL.

A Comissão RECOMENDA, ao Parlamento Nacional e ao Governo, a inscrição daquela dotação no orçamento dos Tribunais.

IV. PARECER

1. A Comissão é do parecer de que as dotações orçamentais propostas para as instituições e órgãos inseridos nas áreas da sua competência temática devem merecer a aprovação na generalidade pelo Parlamento Nacional.
2. É também parecer desta Comissão que na especialidade se devem fazer as alterações necessárias à materialização das suas recomendações.

V. POSIÇÃO DAS BANCADAS PARLAMENTARES

A Bancada Parlamentar da FRETILIN apresentou a seguinte declaração:

> O Orçamento Geral do Estado para 2025 não reflete alínea *e*) do artigo 6.º da CRDTL, que salienta que se deve "promover a edificação de uma sociedade com base na justiça social, criando o bem-estar material e espiritual dos cidadãos". Acrescentamos ainda dois artigos da CRDTL, o artigo 139.º - "Recursos Naturais", cujo n.º 1 refere que a utilização dos recursos deve ser feita de uma forma justa e igualitária, de acordo com o interesse nacional. E o seu n.º 2 que menciona que os recursos destes devem servir para a constituição de reservas financeiras obrigatórias. E finalmente o artigo 140.º - "Investimentos", que dispõe sobre a promoção do investimento nacional e criação de condições para atrair investimento estrangeiro.
>
> A FRETILIN exige uma um maior equilibrio entre as receitas e as despesas, respeitando as regras do Fundo Petrolífero sobre o Rendimento Sustentável Estimado (RSE).

VI. APROVAÇÃO DO PARECER

O presente relatório foi aprovado na reunião do dia 28 de outubro de 2024, tendo a sua votação obtido o seguinte resultado: 5 votos a favor; 0 votos contra e 2 abstenções.

Parlamento Nacional, 28 de Outubro de 2023.

O Relator,

António Verdial de Sousa

Presidente da Comissão,

Patrocínio Fernandes dos Reis